



UNILAB

**Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM HISTÓRIAS E CULTURAS
AFRO-BRASILEIRA, INDÍGENA E AFRICANA**

MARIA DAS GRAÇAS FREIRES DO NASCIMENTO FORTUNADO

**O ENSINO DE HISTÓRIA E O ESTUDO DA ÁFRICA E
AFRICANIDADE NUMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE
REDENÇÃO**

Redenção - Ce, Brasil
2014



Maria das

Graças Freires

do Nascimento

Fortunado

O Ensino de

História e o

estudo da

África e

Africanidade

numa escola

pública no

município de

Redenção

UNILAB

MARIA DAS GRAÇAS FREIRES DO NASCIMENTO FORTUNADO

**O ENSINO DE HISTÓRIA E O ESTUDO DA ÁFRICA E
AFRICANIDADE NUMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE
REDENÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Pós- Graduação Lato Sensu em Histórias e Culturas Afro- Brasileira, Indígena e Africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB como requisito para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Redenção - Ce, Brasil
2014.

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte
Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

Fortunado, Maria das Graças Freires do Nascimento.

F986e

O ensino de história e o estudo da África e africanidade numa escola pública no município de Redenção. / Maria das Graças Freires do Nascimento Fortunado. Redenção, 2014.

33 f.; 30 cm.

Monografia do curso de Especialização em Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Indígena e Africana da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof^o. Dr. Carlos Subuhana.
Inclui Referências.

1. Cultura afro-brasileira. 2. África – História e ensino. I. Título.

CDD 305.896081

MARIA DAS GRAÇAS FREIRES DO NASCIMENTO FORTUNADO

**O ENSINO DE HISTÓRIA E O ESTUDO DA ÁFRICA E
AFRICANIDADE NUMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE
REDENÇÃO**

Data da aprovação: ____/____/____

Prof. Lourenço Ocuni Cá

Doutor / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -
UNILAB

Banca examinadora:

Prof.

Prof.

Dedico a **Jesus Cristo**, pai celestial sempre presente na minha vida, sem o qual nada teria feito.

A minha família, aos meus amigos, que sempre incentivaram meus sonhos e estiveram sempre ao meu lado.

Aos meus filhos Vladia, Wanglys e Nagilla pelo apoio e ao meu eposo francsco de assis pelo incentivo e a todos que de forma direta ou indireta acreditaram no meu potencial.

A todos meu muito obrigada

AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus fonte de toda sabedoria e misericórdia que com sua presença em minha vida sinto-me fortalecida para as batalhas do dia a dia.

A história do Brasil, por ter me proporcionado o conhecimento necessário a minha formação, não somente enquanto profissional comprometido, mas enquanto pessoa socialmente atuante, responsável e esperançosa.

A minha querida irmã Francisca das Chagas pelo apoio, incentivo e amizade fraterna a mim dedicada durante toda a minha vida.

Ao meus colegas educadores por ter compartilhado comigo suas experiências como educador engajado e reflexivo. Também, por ter escutado minhas angustias, que com muita prosa transformaram-se sempre em motivações positivas para a continuidade do trabalho

**“Temos direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza, temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”
Boaventura de Souza Santos**

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo conhecer melhor para poder reproduzir de forma correta para os educandos. A partir da lei 10639/032, vários projetos coletivos ou individuais passaram a ser desenvolvidos nas escolas públicas sobre a História da África e da cultura afro-brasileira, tornando possível a investigação da prática dos professores no que concerne à inserção do conteúdo História da África nos currículos escolares. Para a realização do

trabalho nos baseamos em estudiosos do assunto para que pudéssemos referenciar o trabalho de forma segura. Dentre eles podemos citar (FONSECA, 1998), (MATTOS, 2007). Ao finalizar o trabalho pudemos concluir que o (a) professor (a) ao trabalhar com a temática cultura afro-brasileira deve atentar para não reproduzir a ideia de inferioridade da África, dos africanos e dos negros brasileiros. A perspectiva é a de que aguace nos estudantes o senso crítico na perspectiva de que outra imagem seja construída. Por outro lado, também é necessário que atentem para o fato de que a inclusão dessa temática na sala de aula não pode ser encarada como uma mera obrigação imposta pelo Estado, mas uma decisão política e pedagógica do professor (a), uma vez que ele não só estará colaborando na desconstrução dos estereótipos negativos com relação aos negros (as), mas, sobretudo, possibilitando aos estudantes negros (as) e não negros (as) elementos indispensáveis à construção de outra imagem de si e do seu semelhante.

Palavras-chave: Ensino de História; África; Africanidade.

ABSTRACT

This study aims to better know in order to play correctly to learners . From the Law 10639/032 , several collective or individual projects began to be developed in public schools on the history of Africa and african - Brazilian culture , making research on teachers' practice regarding the possible placement of content History of Africa in school curricula . To perform the job we rely on experts on

the subject so we could cite the work safely . Among them we can mention (FONSECA , 1998) , (Mattos , 2007) . At the end of the work we concluded that (a) teacher (a) to work with the theme african - Brazilian culture should not attempt to reproduce the idea of inferiority of Africa , Africans and Afro-Brazilians . The prospect is that the students hone their critical sense from the perspective that another image is built . On the other hand , it must also pay attention to the fact that the inclusion of this theme in the classroom can not be seen merely as a requirement imposed by the State , but a political and pedagogical decision of the teacher (a) , since it not only will be collaborating in the deconstruction of negative stereotypes toward blacks (as), but above all , allowing black students (as) and non-black (s) necessary for the construction of another image of himself and his fellow members .

Keywords : Teaching of History ; Africa; Africanness .

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

- 1. O ensino de história no Brasil.....17
- 1.1 O ensino de História na escola.....22**

CAPÍTULO II

2. O estudo da história da África e Afro brasileira na escola: prática de sala de aula.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é intitulado por “o ensino de história e o estudo da África e africanidade numa escola pública no município de Redenção.” O mesmo tem por objetivo conhecer melhor para poder reproduzir de forma correta para os educandos.

É curioso que raramente a História da África tenha sido abordada quando freqüentávamos os bancos escolares, aqueles nos quais se deu nossa formação básica. As pessoas de gerações mais antigas, nascidas no início do século XX, podem ter aprendido algo acerca dos grandes reinos africanos como a Núbia e o Mali, sem falar do Egito, que todos estudamos, mas sem articulá-lo ao resto do continente. Naquele tempo, a elite que freqüentava as escolas tinha uma formação bastante completa.

Para a geração dos que nasceram depois da Segunda Guerra Mundial, a África quase não apareceu na escola. Só existia nos filmes de Tarzan que passavam à tarde na televisão, nas imagens de animais majestosos como os grandes felinos, no negro de tanga de palha e lança em riste vigiando o explorador branco dentro do caldeirão fervente das tiras de quadrinhos do jornal.

Neste início do século XXI, o quadro começa a mudar. Teve que ser na base da imposição legal, regulamentada na lei nº 10.639 de 2003, resultante da atuação de alguns políticos e, principalmente, da pressão exercida por grupos de defesa dos direitos dos negros. Este ano, incorporou também a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas, mudando para lei nº 11.645. O texto diz que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira”, incluindo “o estudo da História da África e dos Africanos”.

Essa nova situação levou a uma busca de materiais didáticos com os quais trabalhar, e de aperfeiçoamento por parte dos professores que não

tiveram contato com a História da África em sua formação. Como só há pouco tempo o tema passou a ser dado nas universidades e a ocupar com mais frequência as preocupações dos pesquisadores, a carência de formação dos professores e de material didático é compreensível. Mas isto está mudando. Já há algum material em português para orientar professores e alunos dos vários níveis, como livros de literatura para crianças, didáticos para jovens e de cunho mais acadêmico para professores. Esses materiais ainda são escassos, e poucos são realmente bons, pois antigos preconceitos teimam em persistir, seja por desinformação, seja pela força das heranças recebidas.

SEGUNDO (MATTOS, 2007), Para mudar a forma como em geral lidamos com assuntos relativos à África e aos africanos, é indispensável conhecer um pouco acerca de suas realidades presentes e passadas. Antes de tudo, é necessário chamar a atenção para a diversidade das sociedades africanas, que viveram processos históricos variados e que devem ser entendidos como parte da história da humanidade. É a partir de então que a história das sociedades africanas se aproxima da nossa. O sistema colonial português incluía a África; a economia da colônia americana dependia dos africanos; o povo brasileiro se formou com a participação maciça dos afro-descendentes, e a sua cultura, principalmente a popular, deve muito às contribuições das culturas africanas trazidas pelos que foram escravizados em suas terras natais. Estas constatações nunca foram questionadas, mas, mesmo assim, o olhar dos brasileiros raramente se voltou para a África.

Por que, então, tratar de temas ligados a esses assuntos na formação dos jovens brasileiros? Por que estudar a história de um continente ao qual estávamos indubitavelmente ligados, mas do qual queríamos nos distanciar?

Por que considerar a contribuição dos povos e culturas africanos para a formação do Brasil se seu estágio de desenvolvimento era considerado atrasado?

Ainda para (MATTOS, 2007), Se era difícil incorporar o negro e as heranças africanas à configuração de uma nação moderna, houve jeito de admitir a mestiçagem. No início do século XX, a idéia de uma convivência harmoniosa entre as raças que se misturavam há séculos permitiu a disseminação da crença de que no Brasil não havia preconceito racial. No entanto, as imigrações de europeus e asiáticos, que passaram a disputar os postos de trabalho com os afro-descendentes – cuja pele expressava o estigma da sua suposta inferioridade –, foram mais um elemento a reforçar a marginalização dos negros. No Brasil que se industrializava, se urbanizava e garantia direitos mínimos ao trabalhador, a situação dos negros continuou ruim.

Ensinar História da África e aspectos da cultura afro-brasileira nas escolas parece ser um bom caminho para nos livrarmos de preconceitos historicamente constituídos e que ajudam a impedir que a população negra tenha igualdade de oportunidades diante da parcela mais branca, ou mais clara, dos brasileiros. Isso não tem nada a ver com estimular antagonismos entre as raças, num país composto de pessoas de ascendências variadas, ou seja, mestiças. Mas sim com valorizar o que há de africano, e conseqüentemente de negro, em todos nós, assim como devemos valorizar o que há de europeu, de oriental e de indígena.

1ª parte

CAPÍTULO I

CAPÍTULO I

1. O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

O ensino de História no Brasil é marcado tanto pela historiografia e suas mudanças como também pelas características sociais e políticas de cada

tempo. Assim, ao longo de cada época, tanto no âmbito escolar como no meio acadêmico, as transformações são constantes.

No período colonial, a educação desenvolveu-se muito pouco ficando a encargo da Igreja, especialmente da Companhia de Jesus, principal ordem religiosa atuante nesse período.

Assim, a educação, além de muito restrita, era diretamente vinculada às ideias religiosas. A história ensinada era quase unicamente história bíblica ou hagiográfica. Era na verdade uma matéria encarregada de ajudar na catequese e na formação de uma moral católica.

O surgimento da História enquanto ciência, no século XIX, vai favorecer sua regulamentação como disciplina escolar. É neste contexto que vão surgir os primeiros manuais escolares como o produzido por Joaquim Manuel de Macedo, professor do colégio Pedro II, do qual emanavam as tendências educacionais para o resto do País.

É preciso considerar, ainda a partir da década de 1840, a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que amparado pelo próprio imperador, tomará para si a missão de escrever a história oficial do País. E não só isso, esse instituto estará às voltas com a questão da nacionalidade, ou seja, visava à construção da identidade nacional. Sua produção influenciou profundamente o ensino escolar, principalmente ao dotar a história de um caráter civilizacional, ligando a História do Brasil à História Europeia, então modelo de civilização a ser seguido.

Nesse período, Estado e Igreja vão definir os currículos, pois, se por um lado se ensinava uma história religiosa, por outro se buscava a exaltação de Estado e visava à formação de súditos obedientes ao imperador. “História

sagrada e a História profana, ou civil, acabava por fundir, de certa forma, alguns objetivos das duas. Isso ocorria porque à História atribuía-se a função de formação moral das crianças e jovens, fosse pelos princípios cristãos e pela doutrina da religião católica, fosse pelo conhecimento de fatos notáveis do império."(FONSECA, 1998, P. 47).

No entanto, é importante considerar que é naquele final do século XIX e início do século XX, a partir dos manuais e compêndios educacionais produzidos sob forte influência do IHGB, baseados na questão da nacionalidade e da moral, que a História como ciência vai-se consolidando enquanto disciplina e ganhando metodologias mais apuradas.

O advento da República em seus primeiros anos não representou grandes transformações no ensino de História, o que ocorreu foi uma maior preocupação com o civismo. Crescerão muito por isso as biografias como forma de exaltar indivíduos exemplares no amor e doação à pátria, já como forma de concretizar o sentimento cívico nacional. É o momento também no qual a história religiosa vai perdendo seu espaço.

No entanto, foram às reformas do sistema de ensino nas décadas de 30 e 40 que promoveram a centralização das políticas educacionais e colocaram o ensino de História no centro das propostas de formação da unidade nacional, consolidando-a, definitivamente, como disciplina escolar.

A partir desse momento, não mais deixaria de haver programas curriculares estruturados com definição de conteúdo, indicação de prioridades, orientação quanto aos procedimentos didáticos e indicação de livros e manuais. (FONSECA, 1998, P. 52).

Tratava-se na verdade do projeto integrador de Vargas que, entre outras coisas, visava centralizar o processo educacional a nível nacional, como parte de seu projeto de reduzir as liberdades regionais e fortalecer a União. Nesse processo a História funcionou como cimento ideológico na construção dos vínculos nacionais. Interessante perceber ainda que, nesse contexto, influenciado tanto pelas ideias de integração quanto pelas novas abordagens históricas, as ideias de formação nacional vão se transformando, pois se esta aparecia como obra do europeu branco, agora ela é fruto da mistura entre as diferentes etnias aqui existentes. É o momento de fortalecimento de heróis republicanos como Tiradentes, por exemplo.

A partir dos materiais utilizados nos primeiros anos da década de 1940 na disciplina de “História do Brasil”, como biografias destes “heróis”, é possível inferir uma ideia de História “fundada na compreensão dos grandes acontecimentos” e voltada para o fortalecimento dos “sentimentos de civismo, os direitos e os deveres das novas gerações com a Pátria e a humanidade”(FONSECA, 1998, P. 54).

Mesmo após o fim do governo Vargas, em que houve algumas mudanças com uma menor intervenção estatal, a disciplina de história escolar pouco se afastará dos conceitos tradicionais que a vinham norteando. Com o golpe de 1964, História e Geografia vão se fundir em Estudos Sociais.

Segundo as determinações do próprio conselho Federal de Educação a finalidade básica dos Estudos Sociais seria ajustar o aluno ao seu meio, preparando-o para a ‘convivência cooperativa’ e para suas futuras responsabilidades como cidadão no sentido do “cumprimento dos deveres básicos para com a comunidade, com o Estado e a nação”.

Nessa concepção os homens não aparecem como construtores da História; ela é conduzida pelos “grandes vultos”, cultuados e glorificados como os únicos sujeitos históricos”.(FONSECA, 1998, P. 57, 58).

Assim, a disciplina escolar de história foi despojada de todo olhar crítico e serviu de “arma ideológica” para o Estado que com seu estudo visava o desenvolvimento de um patriotismo exacerbado e da subserviência ao Estado.

A partir do fim da década de 70, com o processo de abertura política, os profissionais das áreas de História e Geografia se mobilizaram para o fim da disciplina de Estudos Sociais e a volta das disciplinas de forma autônoma. Esta mobilização surtiu efeito e, com o fim do regime, as disciplinas voltaram a existir como disciplinas isoladas.

Assim, no contexto de redemocratização e sobre influência do marxismo, iniciou-se uma profunda discussão acerca dos objetivos e das novas formas de se trabalhar a disciplina. Nesse contexto, surgiram propostas radicais como as de Minas Gerais, profundamente marcadas pelos conceitos marxistas e a proposta paulista, com uma marca maior da nova história francesa. No entanto, é preciso considerar que em todos os casos houve mudanças.

A história passou a ter a função de formar cidadãos críticos e atuantes em seu meio social. Os métodos de ensinar também sofreram alterações e, embora com várias dificuldades, tentou-se implantar uma nova metodologia, conhecida nos meios educacionais como a construtivista.

Nesta perspectiva o ensino de História nas Séries Iniciais, deve buscar envolver as crianças num sentido de valorização de sua própria história, alicerçando-se assim, para a aquisição de história local e do mundo. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997), um dos

objetivos mais relevantes quanto ao ensino de História relaciona-se à questão da identidade. É de grande importância que os estudos de História estejam constantemente pautados na construção da noção de identidade, através do estabelecimento de relações entre identidades individuais, sociais. O ensino de História deve permitir que os alunos se compreendam a partir de suas próprias representações, da época em que vivem, inseridos num grupo, e, ao mesmo tempo resgatem a diversidade e pratiquem uma análise crítica de uma memória que é transmitida.

Deste modo, recorrendo novamente aos PCNs (BRASIL, 1997), os conteúdos para os primeiros ciclos do Ensino Fundamental deverão partir da história do cotidiano da criança, em seu tempo e espaço específicos. Porém incluindo contextos históricos mais amplos, partindo do tempo presente e denunciando a existência de tempos passados, e modos de vida e costumes diferentes dos que conhecemos, sempre os relacionando ao tempo presente e ao que a criança conhece, para que não fique apenas no abstrato.

1.1 O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA

Nenhuma escola é igual à outra, por mais que guardem características comuns, cada uma tem suas peculiaridades. As escolas são diferentes umas das outras, dotadas de uma cultura própria com certo grau de autonomia.

É inegável que a escola é uma instituição que possui uma cultura específica com certo grau de autonomia. Os estudos abstratos que enfocam 'o professor', 'o aluno', 'o livro didático', outros componentes, em que deixam de investigar o todo complexo que é a vida ou a cultura específica da escola, incorrem no erro de torná-los como objetos específicos ou representativos da totalidade dessa cultura; reduzindo a escola a tais expressos enganadores, mascara-se o que nela é fundamental: o jogo das complexas relações sociais que ocorrem no processo de transmissão do conhecimento às novas gerações. (LIMA, 2005, p. 185).

A educação é um processo de aprendizagem contínuo e permanente, necessário ao indivíduo, favorece as relações sociais e também, é o meio pelo qual a sociedade se renova, constituindo-se ainda num processo de transmissão cultural. Com um papel importante na construção e formação do caráter do indivíduo, a educação tem uma função bem maior.

Assim, o papel fundamental do professor e da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos, conforme os PCNs (BRASIL, 1997).

O ensino e a aprendizagem de História no Ensino Fundamental, se alicerçam no trabalho do professor, que deve ter o intuito de introduzir o aluno na leitura das diversas formas de informação, com a visão histórica dos fatos e dos agentes.

Nesta perspectiva, o professor tem um papel fundamental na construção do saber histórico já que "a história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades,

a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva.” (FONSECA, 2005, p, 89). A finalidade principal da escola é a educação integral do indivíduo, reconhecendo a importância de contemplar o ser humano como um todo, estabelecendo uma conexão do indivíduo com o meio, entendido como ambiente próximo ou distante que influi na aprendizagem do estudante.

A escola e o professor têm como princípio básico a formação dos cidadãos nas suas concepções mais amplas e democráticas. Nesse contexto, se faz necessário a construção de uma prática pedagógica que privilegie as diferenças existentes no próprio ambiente de sala de aula. Assim, segundo Caniato, (1997. p, 65):

A escola deve e pode ser o lugar onde, de maneira mais sistemática e orientada, aprendemos a Ler o Mundo e a interagir com ele. Ler o mundo significa aqui poder entender e interpretar o funcionamento da Natureza e as interações dos homens com ela e dos homens entre si. Na escola podemos exercitar, aferir e refletir sobre a Ação que praticamos e que é feita sobre nós. Isso não significa que só na escola se faça isso. Ela deve ser o lugar em que praticamos a Leitura do Mundo e a Interação com ele de maneira orientada, crítica e sistemática.

Neste sentido, o professor de História ocupa posição central na análise dessa conjuntura e na possibilidade de construir situações concretas de superação através da prática pedagógica por ele desenvolvida no interior do espaço escolar. Nesta perspectiva, Fonseca, (2003, p. 89) alerta que é preciso pensar a disciplina de história como “fundamentalmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora.”

(...) o professor de história, com sua maneira própria de ser, pensar, agir e ensinar, transforma seu conjunto de complexos saberes em conhecimentos efetivamente ensináveis, faz com que o aluno não apenas compreenda, mas assimile, incorpore e reflita sobre esses ensinamentos de variadas formas. É uma reinvenção permanente (FONSECA, 2003, p. 71).

Assim, a aula de história possibilita a construção do saber histórico através da relação interativa entre educador e educando, transformando essa prática em ato político, no sentido de transformação consciente do fazer histórico. Nesse contexto, salienta-se a importância do professor ser também um pesquisador e produtor do conhecimento e não apenas um mero executor de saberes já produzidos. Corroborando com o parágrafo acima, considero as palavras de Freire (1996, p. 29) que destaca que:

Assim, salienta-se a importância do professor ser também um pesquisador e produtor do conhecimento e não apenas um mero executor de saberes já produzidos. Assim, o papel do professor, torna-se relevante no sentido de possibilitar a transformação de um saber histórico em um saber compreensível e atuante para a compreensão do aluno. Neste sentido, Knass (2001, p. 29-30) aponta sobre a pesquisa:

(...) o processo de aprendizagem confunde-se com a iniciação à investigação, deslocando a problemática da integração ensino-pesquisa para todos os níveis de conhecimento, mesmo o mais elementar. A pesquisa é assim entendida como o caminho privilegiado para a construção de autênticos sujeitos do conhecimento que se propõem a construir sua leitura de

2ª PARTE
CAPÍTULO II

CAPÍTULO II

**2. O ESTUDO DA HISTÓRIA DA AFRICA E AFRO
BRASILEIRA: PRÁTICA DE SALA DE AULA**

Analisando os currículos do ensino de história nas escolas públicas brasileiras no século XIX, nos informa que, do ponto de vista da cultura escolar,

esta lógica do *erudito* e a preocupação com a formação de valores, atitudes e comportamentos encaixava-se perfeitamente no sistema de organização da escola secundária vigente à época e era pertinente com os interesses da formação dos filhos das elites, que freqüentavam este grau de ensino.

Segundo este autor as mudanças que ocorrem nos currículos das disciplinas escolares se dão na medida em que se alteram as suas finalidades no ensino. Isto nos leva a supor que o movimento de mudança no ensino da História se constituiu como uma resposta dos docentes às transformações que se operaram na estrutura política e social do país e colocavam em discussão as finalidades do ensino da história.

Nenhuma escola é igual à outra, por mais que guardem características comuns, cada uma tem suas peculiaridades. As escolas são diferentes umas das outras, dotadas de uma cultura própria com certo grau de autonomia.

É inegável que a escola é uma instituição que possui uma cultura específica com certo grau de autonomia. Os estudos abstratos que enfocam 'o professor', 'o aluno', 'o livro didático', outros componentes, em que deixam de investigar o todo complexo que é a vida ou a cultura específica da escola, incorrem no erro de torná-los como objetos específicos ou representativos da totalidade dessa cultura; reduzindo a escola a tais expressos enganadores, mascara-se o que nela é fundamental: o jogo das complexas relações sociais que ocorrem no processo de transmissão do conhecimento às novas gerações. (LIMA, 2005, p. 185).

A discussão sobre como ensinar a História acompanha os debates há muito tempo. As formas de ensino, os métodos de apresentação e até História deve ser ensinada. As discussões sobre este ponto da educação escolar

requerem muita observação do contexto histórico em que ela está inserida. Pois, em cada momento da história a própria história é tratada de maneira diferente no que se refere a seu ensinamento.

Os fatores que envolvem o ensino de História perpassam um debate importante que trata dos objetivos que nos levam a ensiná-la. A intenção pedagógica do ensino proposta de ensino e como um de seus temas a “pluralidade cultural” que visa atender a diversidade cultural brasileira. Aconselha-se a ênfase nas diferentes formações que o povo brasileiro teve, sem que uma cultura sobreponha-se à outra, mas que todas sejam vistas como importantes para a construção da identidade nacional. Esta temática dificilmente é vista sendo trabalhada nas escolas. Ela obrigatória, já antes da lei 10639/03, que os professores dessem uma passada pela África para tratar de nossas heranças culturais.

Desde que foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas, houve muita discussão no sentido de pensar “como aplicar a lei”, uma vez que haveria necessidade de mudanças curriculares nas escolas. Além disso, havia o quesito “conhecer o tema” para poder trabalhá-lo e aí as dificuldades se apresentaram. Como os professores, que pouco sabiam da História da África e da cultura afro-brasileira, poderiam trabalhar nas escolas com esta temática?

Diante deste questionamento surgiram algumas perguntas: como os professores estão trabalhando, a partir do que conhecem sobre a África, com seus alunos em sala de aula? Quais as diretrizes tomadas pelos professores? Que representações da África é possível perceber no trabalho dos

professores? Quais as necessidades que podem ser respondidas a estes professores?

Essa realidade é denotativa de que não basta fazer referência à África e a cultura afro-brasileira na sala de aula, é preciso atentar para a abordagem dos conteúdos que venham a ser trabalhados, ela também aponta para a necessidade da formação docente, uma vez que os problemas identificados decorrem da estratificação de um imaginário sobre a África, que a concebe como continente pobre, subalterno e incivilizado.

Afora isso, a falta de material didático crítico que subsidie os professores (as) nas suas ações pedagógicas cotidianas, contribui com a manutenção desse imaginário. Geralmente as escolas não dispõem de nenhum recurso didático acerca da África, se quer um mapa. Eis a razão dos problemas nas abordagens identificadas.

Nesse percurso de fazer valer as diretrizes nacionais, professores (as) demonstram-se inseguros, alguns afirmam não terem capacidade para trabalhar a temática cultura afro-brasileira. Mesmo assim começaram, e usando sua capacidade inventiva, estão descobrindo materiais didáticos ou os construindo, a partir das suas realidades e têm recolocado no cenário da história, a África, os africanos e os negros brasileiros, ultrapassando o caráter comemorativo e folclórico.

Em função disso, podemos oferecer sugestões metodológicas, de como trabalhar a temática cultura afro-brasileira em sala de aula. Tais contribuições resultam das experiências vivenciadas pelo grupo de professores (as) do ensino fundamental que trabalharam nas aulas de História, com os anúncios de jornais do século XIX abordando a resistência negra a escravidão.

Deste modo, os anúncios de jornais e as iconografias devem ser tomados como documentos e utilizados como subsídios metodológicos a inclusão da temática cultura afro-brasileira, uma vez que trazem marcas das relações sociais que outrora os sujeitos negros estiveram envolvidos.

Embora tais documentos não tenham sido produzidos pelos escravizados, a proposta metodológica deve ser a de que os professores (as) traem aos palcos da história, a desmistificação a compreensão de passividade e acomodação dos negros (as) a escravidão, o que ainda é recorrente nos livros didáticos de História.

Um aspecto comum pelos professores (as) foi à vida do negro na África, sobretudo, porque a escravidão negra no Brasil nos remete a esse continente. Geralmente, os livros didáticos de História apontam a África como o local de onde os escravos vieram, e por extensão a naturaliza como terra de escravo, o que faz com que no imaginário dos estudantes essa imagem seja recorrente, conforme indica o trecho a seguir: “o continente africano é formado por países pobres, miseráveis, onde se encontra a fome, o racismo, o analfabetismo e a escravidão”.

Deste modo o acesso à história da África possibilita aos professores (as) desnaturalização da imagem da África como terra de escravo, e os africanos como inferior. Além de possibilitar elementos para superar a compreensão de que os africanos vieram para o Brasil, quando na realidade eles foram seqüestrados, uma vez que não fizeram opção, mas foram trazidos à força mediante a relação que estabeleceram com os europeus, em especial os portugueses.

Em seguida os (as) professores (as) podem propor discussões relacionadas a à presença dos africanos no Brasil, haja vista o fato de que no primeiro contato com a história desse país, aprende-se e ensina-se que ele é constituído por índio, negro e branco. Embora culturalmente diverso, cotidianamente, os valores dos brancos predominam, o que resulta no processo de valorização cultural deles, em detrimento a desqualificação da cultura afro-brasileira.

A partir da constatação dessa realidade, as atividades pedagógicas deverão ser desenvolvidas, com os professores (as) vivenciando e experimentando a inclusão de tal temática no currículo escolar, conforme passamos a discorrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O (a) professor (a) ao trabalhar com a temática cultura afro-brasileira deve atentar para não reproduzir a ideia de inferioridade da África, dos africanos e dos negros brasileiros. A perspectiva é a de que aguace nos estudantes o senso crítico na perspectiva de que outra imagem seja construída. Por outro lado, também é necessário que atentem para o fato de

que a inclusão dessa temática na sala de aula não pode ser encarada como uma mera obrigação imposta pelo Estado, mas uma decisão política e pedagógica do professor (a), uma vez que ele não só estará colaborando na desconstrução dos estereótipos negativos com relação aos negros (as), mas, sobretudo, possibilitando aos estudantes negros (as) e não negros (as) elementos indispensáveis à construção de outra imagem de si e do seu semelhante.

Logo, não basta inseri-la no currículo escolar, é necessário atentar para a abordagem que se vai trabalhar, uma vez, o (a) professor (a) poderá reproduzir o preconceito, os estereótipos e reforçar a ideia de superioridade do branco e inferioridade do negro.

Todavia inserir a temática cultura afro-brasileira nos currículos do ensino fundamental, não significa substituir a história dos europeus pela dos africanos, mas representa legitimar na sala de aula mediante os conteúdos a diversidade cultural que caracteriza o Brasil. Logo, é trabalhar a cultura e atentar para sua diversidade étnica, perceber os africanos e os negros como protagonistas e não como coadjuvantes da história como sempre foram tratados, e por fim desconstruir a ideia de passividade histórica dos negros e de que a África é um continente sem história. Por fim quebrar com a hierarquização dos conteúdos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Thais Nivia de Lima. **Historia & Ensino de Historia**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita a História contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Curitiba: gráfica Popular, 2006.

OLIVEIRA, Iolanda de. (Org.) **Relações Raciais em educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Rachel de. **Tramas da cor: enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Fapesp, Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SANTOS, Gevanilda & SILVA, Maria Palmira da. (Orgs.) **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SERRANO, Carlos & WALDMAN, Mauricio. **Memória d'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2007.